

MERCADO DE TRABALHO

Retrato dos rendimentos e horas trabalhadas durante a pandemia – resultados da PNAD Contínua do segundo trimestre de 2021

Sumário

Os impactos imediatos da pandemia sobre os rendimentos, bem como a importância do Auxílio Emergencial, foram analisados com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Covid-19, que mostraram um descolamento da renda efetiva do trabalho da renda habitual.¹ Tal descolamento também foi observado na PNAD Contínua, levando à consideração mais atenta da renda efetiva para se avaliar a conjuntura dos rendimentos ao longo dos anos de 2020 e 2021. Os rendimentos habituais reais médios apresentaram uma queda de 6,6% no segundo trimestre de 2021 em comparação com o mesmo trimestre de 2020, intensificando uma retração que se iniciou no trimestre terminado em abril. Contudo, tal movimento é apenas o inverso (um ano depois) do observado no início da pandemia quando os rendimentos habituais apresentaram um crescimento acelerado, atingindo um crescimento interanual de 8,6% no trimestre móvel entre maio e julho de 2020, tendo desacelerado após o terceiro trimestre. Ainda assim, apresenta um crescimento de 2,8% no quarto trimestre de 2020. Na comparação com o segundo trimestre de 2019, portanto, antes da pandemia, os rendimentos habituais caíram 0,2% no segundo trimestre de 2021.

Em contraste, a renda efetiva apresentou consecutivas quedas a partir do trimestre móvel iniciado em abril do ano passado, apenas se recuperando após setembro. Entretanto, entre o fim de 2020 e o primeiro trimestre de 2021, a renda efetiva voltou a apresentar quedas, tendo recuado 2,2% no primeiro trimestre de 2021 na comparação interanual. Após uma pequena recuperação em maio, o crescimento interanual da renda efetiva foi de 0,9% ao fim do segundo trimestre de 2021.

Uma parte do comportamento da renda do trabalho nos anos de 2020 e 2021 foi gerada por um efeito composição. A elevação da renda habitual média relatada no primeiro parágrafo se deve ao fato de que a perda de ocupações se concentrou nas mais mal remuneradas (setores de construção; comércio; e alojamento e alimentação), além dos empregados sem carteira assinada e principalmente trabalhadores por conta própria, de forma que os que permaneceram ocupados foram os de renda relativamente mais alta. Por sua vez, à medida que os trabalhadores informais e por

Sandro Sacchet de Carvalho

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea

sandro.carvalho@ipea.gov.br

Divulgado em 16 de setembro de 2021.

¹ Ver Nota da Carta de Conjuntura, disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2021/01/os-e-feitos-da-pandemia-sobre-os-rendimentos-do-trabalho-e-o-impacto-do-auxilio-emergencial-os-resultados-dos-microdados-da-pnad-covid-19-de-novembro/>>.

conta própria foram retornando ao mercado de trabalho, o rendimento habitual médio foi se reduzindo. De certa forma, o arrefecimento do aumento da renda habitual e o aumento da renda efetiva indica o início de um retorno à normalidade do mercado de trabalho.

Esse padrão se repetiu para trabalhadores com diferentes grupos demográficos, tendo a maior parte apresentando uma elevação da renda efetiva e queda da renda habitual. No entanto, analisando por tipo de vínculo, revela-se que o impacto da piora da pandemia no primeiro semestre deste ano nos rendimentos foi concentrado nos trabalhadores privados com carteira. Os trabalhadores por conta própria, que de modo geral haviam sido os mais atingidos pela pandemia, mostraram um crescimento de 19,5% da renda efetiva, mostrando terem-se recuperado do forte impacto que sofreram no segundo trimestre de 2020.

Dentro do contexto dos efeitos da pandemia, apesar da relativa queda dos rendimentos habituais médios observadas nos últimos meses, a parcial recuperação da população ocupada mitigou o impacto negativo na massa salarial real habitual. No segundo trimestre de 2021, a queda da massa de rendimentos habituais foi de 1,7% (somando R\$ 215,5 bilhões) e o aumento da massa efetiva foi de 6,1% em comparação com o ano anterior (totalizando R\$ 215,1 bilhões).

Outro importante efeito da pandemia foi o crescimento da proporção de domicílios sem renda do trabalho, que saltou de 25% no primeiro trimestre de 2020 para 31,5% no segundo. A proporção de domicílios sem renda do trabalho subiu para 28,5% no segundo trimestre de 2021, reforçando como tem sido lenta a recuperação do nível de ocupação aos patamares anteriores à pandemia para as famílias de renda mais baixa. Nesse trimestre, houve também um aumento da proporção de domicílios na faixa de renda mais baixa e uma diminuição da proporção nas demais faixas.

O impacto da pandemia no mercado de trabalho não ocorreu apenas sobre o nível de ocupação e os rendimentos. Também foram detectadas significativas alterações no comportamento das horas trabalhadas e no afastamento do trabalho. A pandemia não afetou as horas habitualmente trabalhadas que, durante 2020, manteve-se em torno de 39,5 horas semanais. Contudo, já no primeiro trimestre de 2020, e sobretudo no segundo trimestre, observou-se uma forte queda nas horas efetivamente trabalhadas, que alcançaram apenas 78% das horas habituais, o que representa uma jornada semanal média efetiva de 30,7 horas. O impacto foi maior entre os trabalhadores por conta própria (73%) e trabalhadores do setor público informais (72%). A comparação do quarto trimestre de 2020 com o mesmo trimestre do ano anterior já não mostrava diferenças significativas, o que se manteve no segundo trimestre de 2021, mostrando que a segunda onda da pandemia não causou novos impactos sobre as horas trabalhadas.

Esse impacto sobre as horas efetivamente trabalhadas foi causado principalmente ao maior afastamento do trabalho devido à pandemia. É possível detectar um aumento do afastamento do trabalho no primeiro trimestre de 2020, especialmente

entre trabalhadores do setor público. No segundo trimestre, o afastamento da ocupação atinge 16,26% dos trabalhadores, afetando mais de 13,5 milhões de pessoas. Da mesma forma que com as horas trabalhadas, no quarto trimestre de 2020, a proporção de trabalhadores afastados já havia amplamente retornado aos patamares habituais, o que se confirmou no segundo trimestre de 2021, contudo, o principal motivo do afastamento é ainda a pandemia.

1 Renda média e massa salarial

A pandemia de Covid-19 causou profundos impactos no mercado de trabalho, especialmente no nível de ocupação, mas afetou também os rendimentos do trabalho e as horas trabalhadas daqueles que permaneceram ocupados. Os impactos imediatos sobre os rendimentos, bem como a importância do Auxílio Emergencial, foram analisados com os dados da PNAD Covid-19,² que mostraram um descolamento da renda efetiva do trabalho da renda habitual. Tal descolamento também é observado na PNAD Contínua, indicando que se deva observar com mais atenção a renda efetiva para se avaliar a conjuntura dos rendimentos ao longo dos anos de 2020 e 2021.

Os dados do segundo trimestre de 2021 mostram que a reaproximação da renda efetiva em relação à habitual parece ter amplamente se completado, restando apenas pequenas diferenças entre os trabalhadores informais. Contudo, visto que na comparação interanual da renda estamos comparando com o pior período relativo ao mercado de trabalho durante a pandemia (segundo trimestre de 2020), ainda é necessário um olhar atento para a renda efetiva e habitual, bem como para o ano de 2019 (pré-pandemia) para captar corretamente a atual conjuntura da renda do trabalho.

Os rendimentos habituais reais médios apresentaram uma queda de 6,6% no segundo trimestre de 2021 em comparação com o mesmo trimestre de 2020, intensificando uma retração que se iniciou no trimestre móvel terminado em abril. Contudo, tal movimento é apenas o inverso (um ano depois) do observado no início da pandemia, quando os rendimentos habituais apresentaram um crescimento acelerado, atingindo um crescimento interanual de 8,6% no trimestre móvel entre maio e julho de 2020, tendo desacelerado após o terceiro trimestre, mas ainda assim apresentado um crescimento de 2,8% no quarto trimestre de 2020.

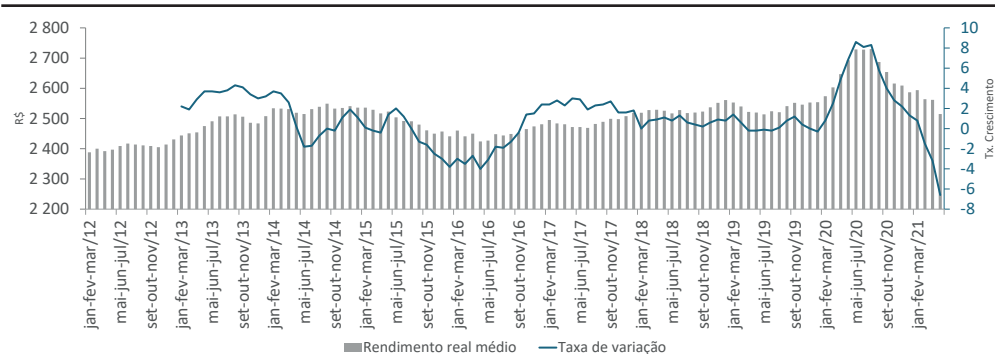
Tal resultado foi gerado por um efeito composição advindo de duas fontes. Primeiro, essa elevação da renda habitual média se deve ao fato de que a perda de ocupações se concentrou nas mais mal remuneradas (setores de construção, comércio e alojamento e alimentação), além dos empregados sem carteira assinada e principalmente trabalhadores por conta própria, de forma que os que permaneceram ocupados foram os de renda relativamente mais alta. Da mesma forma, deve-se ter

2 . Dados disponíveis em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200702_cc_48_mercado_de_trabalho.pdf>, <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200724_cc48_mt_final.pdf>, <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200826_cc48_resultados_pnda_agosto.pdf>, e <<http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2021/01/os-efeitos-da-pandemia-sobre-os-rendimentos-do-trabalho-e-o-impacto-do-auxilio-emergencial-os-resultados-dos-microdados-da-pnad-covid-19-de-novembro/>>.

em mente que, após o segundo trimestre de 2020, a PNAD Contínua realizava suas entrevistas por telefone, o que causou um aumento da não resposta na pesquisa. E na medida em que tais impactos não sejam aleatoriamente distribuídos na amostra, tal fato pode ter afetado os resultados.³

Por sua vez, à medida que os trabalhadores informais e por conta própria foram retornando ao mercado de trabalho,⁴ o rendimento habitual médio foi se reduzindo, saindo de um pico de R\$ 2.730 no trimestre móvel encerrado em setembro para R\$ 2.515 no primeiro trimestre de 2021, como mostra o gráfico 1. De certa forma, o arrefecimento do aumento da renda habitual indica o início de um retorno à normalidade do mercado de trabalho. Na comparação com o segundo trimestre de 2019, portanto, antes da pandemia, os rendimentos habituais caíram 0,2% no segundo trimestre de 2021.

GRÁFICO 1
PNAD Contínua: rendimento habitual médio
(Valor absoluto e taxa de variação interanual)



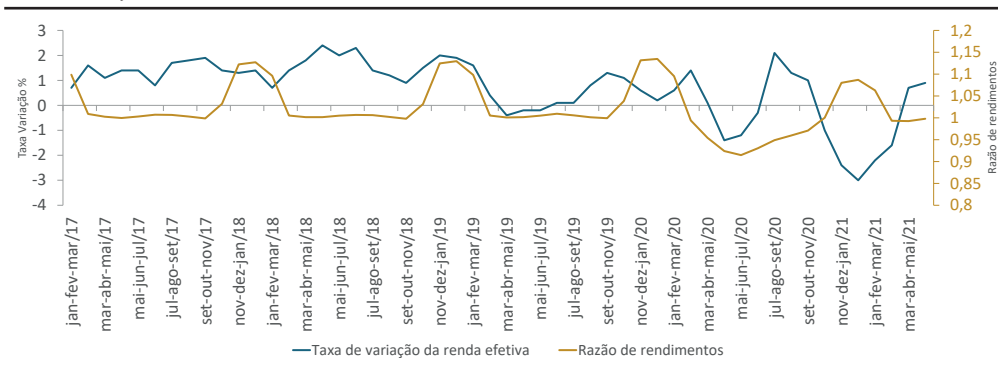
Fonte: PNAD Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Por sua vez, a análise da renda efetiva média aponta um quadro bastante distinto. No gráfico 2 mostra-se a taxa de variação interanual do rendimento efetivo médio e a razão de rendimentos entre a renda efetiva e a habitual entre 2017 e o segundo trimestre de 2021. O crescimento da renda efetiva interanual entre 2017 e 2019 seguia de perto o crescimento da renda habitual, oscilando em torno de 1%. A partir do trimestre móvel iniciado em abril de 2020, a renda efetiva apresentou consecutivas quedas, apenas se recuperando após setembro. Entretanto, a partir do quarto trimestre de 2020, a renda efetiva voltou a apresentar uma queda que durou até o trimestre móvel terminado em abril de 2021. Após uma pequena recuperação em maio, o crescimento interanual da renda efetiva cresceu 0,9% ao fim do segundo trimestre de 2021, sinalizando que o recrudescimento da pandemia de Covid-19 causou um impacto negativo na renda efetiva no início de 2021, impedindo uma maior recuperação da renda efetiva, mesmo na comparação com o segundo trimestre de 2020. Na comparação com o segundo trimestre de 2019, a queda na renda efetiva média foi de 0,6%.

3 . Um exemplo do impacto do aumento da não resposta está disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2021/03/a-reducao-no-numero-de-entrevistas-na-pnad-continua-durante-a-pandemia-e-sua-influencia-para-a-evolucao-do-emprego-formal/>>.

4 . Evidências de que os trabalhadores informais foram os mais impactados pela perda de ocupação imediatamente após o início da pandemia, mas que também foram os que mais rapidamente retornaram ao trabalho, estão disponíveis em: <<http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2020/11/analise-das-transicoes-no-mercado-de-trabalho-brasileiro-no-periodo-da-covid-19/>>.

GRÁFICO 2
PNAD Contínua: rendimento efetivo médio
 (Taxa de variação interanual e razão de rendimentos)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

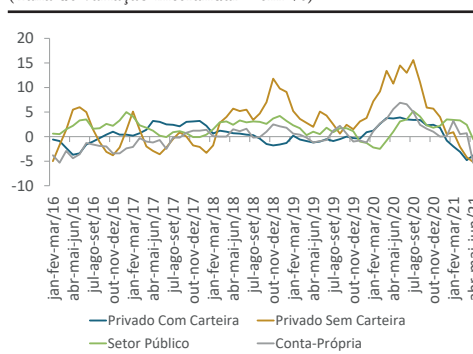
Da mesma forma, esse impacto se reflete na razão de rendimentos entre as rendas efetivas e habituais. Como mostra o gráfico 2, a média dessas duas rendas é muito próxima, exceto nos trimestres em torno dos meses de dezembro e janeiro, quando a renda efetiva se mostra cerca de 12% a 13% maior que a habitual. Com a pandemia, essa estabilidade da razão de rendimentos se rompeu, e, de acordo com os dados da PNAD Contínua, a renda efetiva alcançara somente 91,5% da habitual no trimestre terminado em julho. Após esse mês, a defasagem na razão de rendimentos diminuiu, mostrando uma lenta recuperação do mercado de trabalho. No trimestre terminado em dezembro, a renda efetiva era virtualmente igual à habitual, enquanto normalmente deveria cerca de 4% maior, e no primeiro trimestre de 2021 a renda efetiva foi 6,3% maior que a habitual, enquanto normalmente seria em torno de 10% superior. A partir do trimestre móvel terminado em abril, a renda efetiva manteve-se em média em 99% da renda habitual, sinalizando que o descolamento entre as séries parece ter chegado ao fim no segundo trimestre de 2021.

Evidências adicionais do fenômeno analisado anteriormente são apresentadas no gráfico 3. Na abertura por vínculo de ocupação, excluindo-se os empregadores, os dados da PNAD Contínua revelam que os trabalhadores do setor público foram os únicos trabalhadores que apresentaram decréscimo real de rendimentos habituais médios no início da pandemia (até o trimestre móvel terminado em maio), e esse foi justamente o único tipo de vínculo no qual a população ocupada cresceu durante esse período. O destaque ficou por conta dos trabalhadores sem carteira, cujos rendimentos médios apontaram aumento de até 15,6% na comparação interanual (trimestre móvel terminado em setembro). Os rendimentos habituais médios dos trabalhadores por conta própria também subiram significativamente, seguido em menor medida pelos trabalhadores privados com carteira.

Esse padrão reforça a noção de que no início da pandemia os trabalhadores mais vulneráveis se ausentaram do mercado de trabalho, causando, por meio do efeito composição, o forte aumento da renda habitual dos trabalhadores privados sem carteira e por conta própria. Todavia, os trabalhadores com maior grau de estabilidade e segurança, notadamente aqueles do setor público, foram os quais a renda habitual apresentou queda no início da pandemia e posteriormente menor crescimento.

Contudo, o crescimento da renda habitual no segundo trimestre de 2021 mostra novamente o reverso do que fora observado em 2020 após a pandemia. Os trabalhadores do setor público, que pouco mostraram elevações na renda habitual em 2020, mostraram uma queda dos rendimentos habituais de somente 0,6% no segundo trimestre de 2021. Por sua vez, trabalhadores sem carteira e por conta própria fecharam o segundo trimestre de 2021 com quedas de 5,2% e 5,4% respectivamente. E os trabalhadores privados com carteira, em uma situação intermediária, tiveram uma queda na renda habitual de 3,8%.

GRÁFICO 3
PNAD Contínua: rendimento habitual médio real, por tipo de vínculo
(Taxa de variação interanual – em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Na tabela 1 mostram-se, por tipo de vínculo, as taxas de crescimento da renda efetiva e habitual, bem como a razão de rendimentos para o ano de 2020 até o segundo trimestre de 2021. Conforme os dados da PNAD Covid-19 já indicavam anteriormente, foram os trabalhadores por conta própria que tiveram o maior impacto em suas rendas. Enquanto para esses trabalhadores a renda habitual crescera 5,6% no segundo trimestre de 2020 em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, a renda efetiva apresentara uma queda de 17,2%. Da mesma forma, no segundo trimestre de 2021, esses trabalhadores apresentaram um crescimento de 19,5% da renda efetiva, mostrando uma recuperação em relação aos níveis anteriores da pandemia. Com isso, conforme indica o painel C da tabela 1, os trabalhadores por conta própria receberam somente 76% do habitual, sendo que recebiam ainda 94% no segundo trimestre de 2021, valor que é, entretanto, próximo ao que foi observado nos primeiros trimestres de 2020 e 2019 (96%). Por sua vez, os trabalhadores privados sem carteira receberam 87% da renda habitual no 2º trimestre de 2020, e 96% no segundo trimestre de 2021. A tabela 1 mostra também um aumento de 2% da renda efetiva no segundo trimestre de 2021 para os trabalhadores com carteira do setor privado, e de 6,9% para os trabalhadores sem carteira.

Na desagregação salarial por diferentes recortes, os microdados mostram que o padrão geral já observado também é notado independentemente do grupo analisado, conforme detalha a tabela 2 – que mostra o crescimento interanual dos rendimentos médios efetivos e habituais em 2020 e no primeiro trimestre de 2021 para diferentes grupos demográficos. De forma geral, os rendimentos habituais cresceram consideravelmente nos segundo e terceiro trimestres de 2020, e apresentaram um menor crescimento (e em alguns casos uma queda) no quarto trimestre. Em contraste, os rendimentos efetivos registraram quedas quase generalizadas após o primeiro trimestre de 2020, tendo ainda apresentado em muitos casos uma deterioração no quarto trimestre de 2020 e no primeiro trimestre de 2021. No segundo trimestre de 2021 temos uma queda da renda habitual para quase todos os grupos e um aumento da renda efetiva para a maior parte deles.

TABELA 1

PNAD Contínua: taxa de crescimento do rendimento médio real efetivo e habitual, e razão de rendimentos, por tipo de vínculo

(Taxa de variação interanual – em %)

	Privado com carteira	Privado sem carteira	Setor público	Conta própria
Painel A: Crescimento interanual da renda habitual				
2020.1	1,2	7,2	- 2,2	1,1
2020.2	3,7	10,8	1,0	5,6
2020.3	3,4	15,6	5,2	5,0
2020.4	2,4	5,7	1,8	1,0
2021.1	- 2,0	0,9	3,4	3,2
2021.2	- 3,8	- 5,2	- 0,6	- 5,4
Painel B: Crescimento interanual da renda efetiva				
2020.1	0,2	5,3	- 1,6	1,1
2020.2	0,5	- 2,0	0,2	- 17,2
2020.3	0,6	4,2	3,3	- 10,3
2020.4	- 1,4	1,4	- 0,2	- 6,7
2021.1	- 3,6	0,1	2,4	3,9
2021.2	2,0	6,9	2,6	19,5
Painel C: Razão de rendimentos				
2020.1	1,18	1,00	1,17	0,96
2020.2	1,00	0,87	1,01	0,76
2020.3	1,00	0,90	1,03	0,83
2020.4	1,05	0,96	1,05	0,90
2021.1	1,15	0,98	1,14	0,94
2021.2	1,03	0,96	1,03	0,94

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA 2

PNAD Contínua: crescimento interanual do rendimento médio real por dados desagregados em 2020 e primeiro trimestre de 2021, habitual e efetivo

(Taxa de variação interanual – em %)

	Renda habitual					Renda efetiva				
	2º T/2020	3º T/2020	4º T/2020	1º T/2021	2º T/2021	2º T/2020	3º T/2020	4º T/2020	1º T/2021	2º T/2021
Centro-Oeste	2,6	6,8	2,6	1,5	- 1,72	- 3,19	3,14	0,98	- 0,84	3,72
Nordeste	7,0	5,3	0,1	- 2,9	- 8,82	- 1,29	- 0,73	- 1,97	- 7,05	- 2,57
Norte	12,7	4,3	1,5	1,5	- 10,15	5,67	0,89	0,52	- 3,85	- 4,20
Sudeste	7,8	10,9	4,0	0,2	- 7,01	- 1,96	3,80	- 1,30	- 1,46	1,35
Sul	3,2	4,5	3,0	4,6	- 3,60	- 2,54	- 1,26	0,01	- 0,97	3,96
Masculino	6,3	6,5	1,4	- 0,9	- 7,18	- 1,60	0,37	- 2,65	- 4,71	0,48
Feminino	7,4	10,8	4,7	3,0	- 5,73	- 1,39	4,59	1,38	1,33	1,40
14 a 24 anos	5,8	5,9	0,7	- 0,9	0,41	0,34	1,34	- 2,81	- 3,33	6,54
25 a 39 anos	4,9	3,4	- 1,4	- 4,4	- 8,85	- 1,64	- 1,51	- 3,86	- 7,73	- 3,20
40 a 59 anos	4,4	7,3	2,5	0,3	- 5,38	- 4,35	1,36	- 1,31	- 2,66	3,34
60 anos ou mais	9,8	16,6	5,8	7,9	- 7,65	- 2,31	5,19	- 1,66	7,06	1,29
Não Chefe Família	6,0	7,2	0,8	- 0,8	- 8,36	- 1,13	1,63	- 2,62	- 4,13	- 2,41
Chefe Família	7,2	8,7	4,0	1,5	- 4,95	- 1,94	2,15	- 0,04	- 1,24	3,78
Fundamental incompleto	3,4	4,2	2,1	- 1,9	- 3,77	- 6,47	- 2,34	- 1,94	- 6,03	8,87
Fundamental completo	4,0	3,5	1,9	4,2	- 7,04	- 7,42	- 2,86	- 1,89	- 4,16	3,15
Médio incompleto	4,8	3,9	- 1,5	- 1,1	- 7,81	- 5,22	- 2,33	- 5,43	- 5,77	2,25
Médio completo	1,5	1,0	- 3,5	- 4,9	- 7,94	- 7,36	- 4,84	- 7,27	- 8,37	0,19
Superior	0,5	2,1	- 3,8	- 3,4	- 5,33	- 6,31	- 3,67	- 7,28	- 5,49	0,64
Região Metropolitana	7,8	8,6	1,8	0,2	- 7,92	- 0,96	1,14	- 2,37	- 1,87	- 0,67
Não região metropolitana	6,5	8,5	4,6	1,4	- 5,86	- 1,24	3,83	1,26	- 2,70	1,79

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Em termos regionais, a renda efetiva manteve-se em queda após o primeiro trimestre de 2020 no Nordeste e apresentou uma forte queda no primeiro trimestre de 2021 (7%) e nova queda (2,6%) no segundo trimestre, indicando ter sido a região com a renda mais afetada pela segunda onda da pandemia. O Centro-Oeste e o

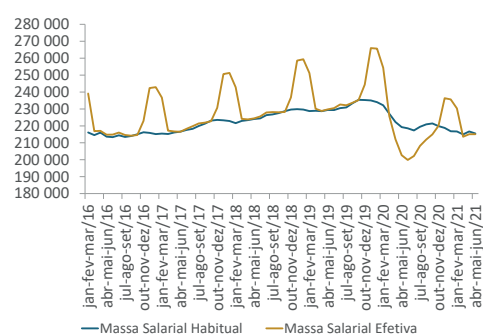
Sul mostraram uma recuperação após uma maior queda no início da pandemia no segundo trimestre de 2020, e apenas uma pequena queda no início de 2021, bem como foram as regiões que mostraram maiores aumentos da renda efetiva no último trimestre observado. Na região Sudeste houve uma recuperação da renda no terceiro trimestre (crescimento de 3,8%), mas apresentou uma nova queda no último trimestre de 2020 (1,3%) e no primeiro trimestre de 2021 (1,46%), com uma pequena recuperação no segundo trimestre de 2021. A região Norte, que manteve crescimento da renda efetiva ao longo do ano anterior inteiro, mostrou uma queda de 3,85% no início de 2021 e uma nova queda de 4,2% no segundo trimestre.

O corte por gênero revela que os rendimentos recebidos pelas mulheres se recuperaram de forma mais rápida e foram um dos únicos grupos a mostrar crescimento da renda efetiva no primeiro trimestre de 2021 (1,3%), enquanto os homens apresentaram uma queda de 4,71% no mesmo trimestre. No segundo trimestre, novamente o crescimento das mulheres foi superior ao dos homens.

O detalhamento por idade indica que a renda dos jovens adultos (de 25 a 39 anos) foi a mais atingida pela pandemia, com queda nos seus rendimentos efetivos reais médios após o primeiro trimestre do ano anterior, alcançando uma queda de 7,7% no primeiro trimestre de 2021 e 3,2% no segundo. Destaca-se ainda o melhor resultado dos rendimentos dos ocupados com 60 anos ou mais, que apresentaram crescimento de 7% na renda no início de 2021 e 1,3% no segundo trimestre, resultado influenciado pela alta proporção de trabalhadores por conta própria nessa faixa etária. Ressalta-se também que, sob a ótica do grau de escolaridade, no segundo trimestre de 2021, as recuperações da renda efetiva foram generalizadas, tendo apenas sido mais intensa entre os trabalhadores com menor nível de escolaridade.

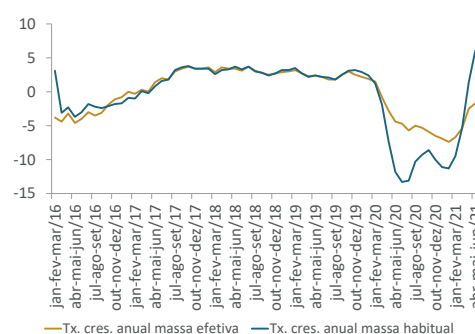
Dentro do contexto dos efeitos da pandemia, apesar do relativo aumento dos rendimentos habituais médios observadas nos últimos meses, a forte queda da população ocupada causou um considerável impacto negativo na massa salarial real habitual. Isso é o oposto do observado em 2019, em que a elevação da população ocupada elevava a massa salarial, apesar da estagnação da renda média. Na comparação interanual, os dados apontam que, já no trimestre móvel terminado em abril de 2020, a massa de rendimentos real habitualmente recebida apresentara uma queda de 0,8%. Desde então, a massa habitual acelerou a tendência decrescente, mostrando uma queda de 6,7% no primeiro trimestre de 2021 (somando R\$ 216,7 bilhões, valor R\$ 15,2 bilhões menor que no ano anterior). Contudo, no segundo trimestre de 2021, quando os rendimentos habituais médios apresentaram forte queda, a massa habitual caiu apenas 1,7% (somando R\$ 215,5 bilhões, valor R\$ 3,8 bilhões menor que no ano anterior). Cabe ressaltar que, considerando a massa dos rendimentos efetivos, a queda chegou a alcançar 13,3% no trimestre móvel terminado em julho. No segundo trimestre de 2021 houve um crescimento de 6,1% (alcançando R\$ 215,1 bilhões, valor R\$ 12,5 bilhões maior que no ano anterior), mostrando uma parcial recuperação da população em comparação com o pior momento da pandemia no mercado de trabalho.

GRÁFICO 4
Massa salarial real, habitual e efetiva
(Em R\$/maio de 2021)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 5
Taxa de crescimento anual da massa salarial real, habitual e efetiva
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.



2 Rendimentos por faixa de renda e desigualdade salarial

Um indicador muito utilizado para inferir sobre o bem-estar dos trabalhadores é o seu rendimento. Para que a evolução do rendimento reflita a variação do poder de compra do trabalhador, costuma-se deflacionar os dados de rendimento usando índices de preço ao consumidor que reflitam a variação do poder de compra. O Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda mostra que a evolução dos índices de preço pode variar por períodos consideráveis de tempo, quando se leva em consideração padrões distintos de consumo por faixa de renda. No anexo detalhamos as faixas de renda e a distribuição dos domicílios entre elas.

Na tabela 3, mostra-se o crescimento anual da renda do trabalho habitual domiciliar por faixa de renda. Os valores dos rendimentos médios individuais e domiciliares por faixa de renda são apresentados no apêndice. Os dados revelam que foram os domicílios de renda mais baixa que apresentaram maior crescimento na renda domiciliar habitual ao longo do ano de 2020, o que reflete a maior proporção de trabalhadores informais nessas faixas de renda, enquanto foram os domicílios de renda alta que sofreram a maior redução proporcional na renda domiciliar do trabalho. Contudo, no primeiro trimestre de 2021, foram justamente os domicílios de renda alta os únicos que obtiveram um crescimento da renda habitual. As faixas de renda baixa (faixa 2) e as de renda média-baixa (faixa 3) foram as que apresentaram as maiores quedas, 3,6% e 4,1% respectivamente. No segundo trimestre de 2021, a maior queda da renda domiciliar habitual foi entre os domicílios de renda mais alta (6,7%), seguidos pelos domicílios de renda mais baixa (5,2%).

O impacto da pandemia sobre a renda domiciliar do trabalho fica mais claro com os dados da tabela 4, que mostram a proporção dos domicílios por faixa de renda calculado de acordo com a renda efetiva do trabalho e a taxa de crescimento interanual dos rendimentos domiciliares efetivos do trabalho em 2020 e no primeiro trimestre de 2021. O que mais chama a atenção na tabela é o aumento da proporção de domicílios sem renda do trabalho devido à pandemia, que saltou de 25% no primeiro trimestre para 31,5% no segundo. A proporção de domicílios sem renda

do trabalho ainda apresentou um pequeno aumento entre o quarto trimestre de 2020 e o primeiro trimestre de 2021, subindo de 29% para 29,34%, mas, no segundo trimestre, essa proporção caiu para 28,5%. Mesmo com a melhora recente, ela ainda é mais alta que no período pré-pandemia (25%). Houve também um aumento da proporção de domicílios na faixa de renda mais baixa e uma diminuição da proporção nas demais faixas, reforçando como tem sido lenta a recuperação do nível de ocupação aos patamares anteriores à pandemia da população de renda mais baixa. No painel B mostra-se a queda generalizada dos rendimentos domiciliares efetivos ao longo de 2020, mas, assim como a renda habitual, o desempenho foi pior na faixa de renda alta. No segundo trimestre de 2021, apenas os domicílios de renda média-baixa (faixa 3) apresentaram elevação de renda domiciliar efetiva.

TABELA 3

PNAD Contínua: rendimento médio habitual real domiciliar por faixa de renda

(Taxa de variação interanual – em % - deflator Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda)

Trimestre	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
2016.1	-3,78	0,35	0,50	-0,28	0,93	1,19
2016.2	-3,77	-0,54	1,13	-0,33	-0,37	-3,88
2016.3	-4,45	-3,24	-1,06	-0,23	0,11	-4,97
2016.4	-2,22	-1,56	0,29	1,14	0,68	2,75
2017.1	-1,87	-1,52	-0,84	-1,32	-1,69	-0,25
2017.2	4,68	2,50	-0,73	-0,80	1,77	10,22
2017.3	5,89	2,92	-0,94	-0,40	1,87	13,05
2017.4	5,91	2,26	-0,89	-0,61	1,85	7,68
2018.1	5,33	3,32	-0,06	-0,39	1,34	3,00
2018.2	-0,32	0,09	0,59	0,04	-1,93	-4,00
2018.3	-1,93	-1,37	-0,35	-0,23	-3,00	-1,96
2018.4	0,27	0,45	2,13	4,94	2,32	-3,61
2019.1	0,10	0,44	2,37	5,28	2,98	2,48
2019.2	-1,43	-0,43	0,87	3,03	1,95	1,52
2019.3	-0,34	0,43	2,00	4,32	2,87	-0,66
2019.4	-1,95	-1,19	-1,18	-1,97	-2,01	-1,45
2020.1	-0,80	1,18	1,70	-0,95	-1,01	-3,05
2020.2	3,57	-0,62	-0,12	0,09	-0,89	-2,69
2020.3	3,25	-1,17	-1,41	-1,45	-0,22	-0,51
2020.4	0,63	0,26	0,37	-1,55	-1,16	-7,44
2021.1	-0,78	-3,62	-4,08	-2,89	-2,13	0,74
2021.2	-5,24	-1,02	-1,03	-3,43	-1,85	-6,68

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA 4

PNAD Contínua: crescimento do rendimento médio efetivo real domiciliar e domicílios por faixa de renda do trabalho (2020-2021)

(Em %)

	Faixa de renda do trabalho						
	Sem renda do trabalho	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
Painel A: Proporção de domicílios por faixa de renda do trabalho efetiva							
2020.1	25,09	25,84	12,31	15,04	13,47	5,57	2,69
2020.2	31,56	27,5	10,03	14,12	10,66	4,21	1,92
2020.3	31,24	27,64	10,2	14,12	10,36	4,36	2,09
2020.4	29,01	26,72	11,94	14,1	11,23	4,72	2,27
2021.1	29,34	25,96	11,39	13,99	11,78	5,12	2,42
2021.2	28,5	27,93	11,99	13,73	11,1	4,68	2,07
Painel B: Crescimento interanual da renda domiciliar efetiva do trabalho							
2020.1	---	-3,04	-0,84	-0,38	-2,58	-2,08	-5,26
2020.2	---	-1,55	-2,73	-2,72	-1,94	-2,74	-6,23
2020.3	---	-0,25	-2,74	-3,10	-2,99	-1,97	-4,16
2020.4	---	-1,86	-1,16	-1,10	-2,75	-2,82	-9,62
2021.1	---	-0,98	-3,26	-3,47	-2,62	-2,42	-0,58
2021.2	---	-2,25	-0,21	0,13	-2,60	-1,08	-2,99

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

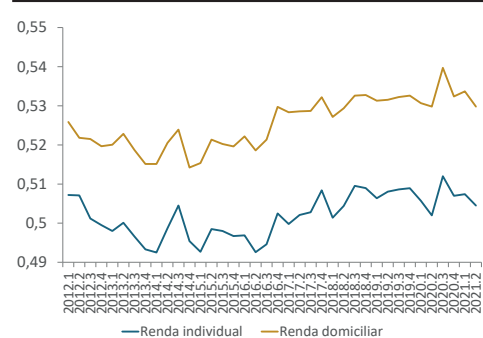
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

O gráfico 6 mostra a evolução do índice de Gini das rendas individuais e domiciliares do trabalho habituais. Comparado ao menor valor observado pela PNAD Contínua, o índice de Gini da renda domiciliar do trabalho subiu cerca de 0,514 no quarto trimestre de 2014 para 0,533 no quarto trimestre de 2019. No caso da renda individual, o índice subiu de 0,495 para 0,509. Entretanto, com a pandemia, a desigualdade deu um novo salto no terceiro trimestre de 2020, atingindo 0,512 para a renda individual e 0,540 para a renda domiciliar, tendo apresentado um recuo no quarto trimestre. No segundo trimestre de 2021, houve novamente um pequeno recuo da desigualdade em comparação ao trimestre anterior, tendo atingido 0,53 para a renda domiciliar. Analisando a desigualdade de acordo com a renda efetiva, a trajetória é semelhante, sendo que o aumento durante a pandemia já se observa no segundo trimestre de 2020.

De forma mais concreta, no quarto trimestre de 2020, a renda domiciliar do trabalho da faixa de renda alta (ver anexo) era 28 vezes maior que a da faixa de renda muito baixa, valor menor que no trimestre anterior (30), o que é reflexo da maior queda da renda entre os domicílios de renda mais alta observada na tabela 3 no último trimestre.

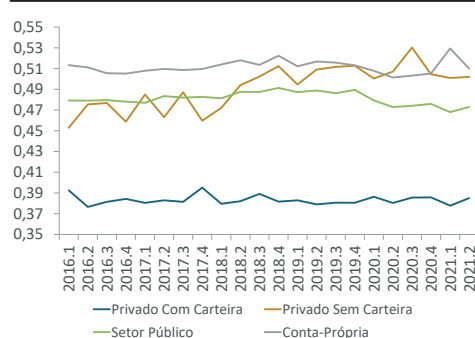
Os dados do gráfico 7 que mostram os índices de Gini por tipo de vínculo revelam que a trajetória do Gini durante a pandemia foi causada pelo comportamento dos trabalhadores sem carteira, com o índice para esse grupo saltando de 0,500 no primeiro trimestre de 2020 para 0,530 no terceiro trimestre, o que reflete a maior dificuldade dos trabalhadores mais vulneráveis desse grupo em permanecer no mercado de trabalho ao longo da pandemia. Os demais tipos de vínculo apresentaram relativa estabilidade ao longo de 2020. No entanto, o recuo da desigualdade no segundo trimestre de 2021 foi causada pela queda da desigualdade entre os trabalhadores por conta própria, onde o índice de Gini caiu de 0,529 para 0,510 entre o primeiro e o segundo trimestres de 2021.

GRÁFICO 6
Indicadores de desigualdade do rendimento habitual de todos os trabalhos – renda individual e domiciliar (Índice de Gini)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 7
Indicadores de desigualdade do rendimento habitual de todos os trabalhos – por tipo de vínculo (Índice de Gini)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

3 Horas trabalhadas e afastamento do trabalho



O impacto da pandemia no mercado de trabalho não ocorreu apenas sobre o nível de ocupação e os rendimentos. Também foram detectadas significativas alterações no comportamento das horas trabalhadas e no afastamento do trabalho. Assim como no caso da renda, a relação entre as horas habitualmente trabalhadas e as efetivamente trabalhadas possuem uma relação bastante estável. As horas habitualmente trabalhadas têm, nos últimos anos, oscilado em torno de 39,5 horas semanais, e as horas efetivamente trabalhadas situam-se em torno de 38 horas semanais (cerca de 96% das horas habituais). Apenas, sazonalmente, quando no primeiro trimestre a proporção de trabalhadores afastados por férias é maior (ver tabela A.4 no apêndice), a média das horas efetivamente trabalhadas é um pouco menor.

TABELA 5
PNAD Contínua: razão entre horas efetiva e habitualmente trabalhadas por tipo de vínculo (2019-2021)

	2019				2020				2021	
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.
Brasil	0,94	0,96	0,97	0,96	0,90	0,78	0,92	0,95	0,94	0,96
Com carteira privado	0,94	0,96	0,97	0,96	0,91	0,81	0,93	0,95	0,96	0,96
Sem carteira privado	0,95	0,97	0,98	0,97	0,92	0,78	0,94	0,96	0,96	0,97
Estatutário/militar	0,89	0,95	0,94	0,94	0,84	0,75	0,89	0,92	0,91	0,95
Público CLT	0,90	0,94	0,93	0,94	0,83	0,76	0,89	0,93	0,91	0,97
Público informal	0,92	0,96	0,96	0,95	0,85	0,72	0,89	0,92	0,93	0,97
Empregador	0,95	0,97	0,98	0,97	0,90	0,77	0,92	0,96	0,95	0,97
Conta-própria	0,94	0,96	0,97	0,96	0,90	0,73	0,90	0,94	0,93	0,95

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A pandemia não afetou as horas habitualmente trabalhadas que, durante 2020, manteve-se em torno de 39,5 horas semanais. Contudo, já no primeiro trimestre de 2020, e sobretudo no segundo trimestre, observou-se uma forte queda nas horas efetivamente trabalhadas, conforme se nota na tabela 5, que mostra a razão entre as horas efetiva e habitualmente trabalhadas por tipo de vínculo para os anos de 2019 e 2020. A tabela revela que, no segundo trimestre de 2020, as horas efetivas alcançaram apenas 78% das horas habituais, o que representa uma jornada semanal média efetiva de 30,7 horas. O impacto foi maior entre os trabalhadores por conta própria (73%) e entre trabalhadores do setor público informais (72%). No terceiro trimestre já se observa uma recuperação das horas efetivas, que atingiram 92% das habituais (ou 36,2 horas). A comparação do quarto trimestre de 2020 com o mesmo trimestre do ano anterior, por sua vez, não mostra diferenças significativas. Os dados dos dois primeiros trimestres de 2021 mostram que as horas efetivamente trabalhadas não foram afetadas pela segunda onda da pandemia, sendo que a razão entre as horas efetiva e habitualmente trabalhadas se encontram no mesmo nível dos primeiros trimestres de 2019 e superior aos mesmos trimestres de 2020. A tabela A.3 no apêndice mostra a razão entre as horas efetivas e habituais para diferentes grupos demográficos.

Esse impacto sobre as horas efetivamente trabalhadas foi causado principalmente pelo maior afastamento do trabalho devido à pandemia. Se considerarmos apenas os ocupados que não estavam afastados, a razão entre as horas efetiva e habitual-

mente trabalhadas seria, no segundo trimestre de 2020, de 91,8%, valor significativamente menor que os 97,9% observados para o mesmo grupo no ano anterior, porém uma diferença bastante menos pronunciada que a observada na tabela 5. A tabela 6 mostra a proporção de trabalhadores ocupados afastados do trabalho por tipo de vínculo em 2019 e 2021.

A tabela 6 já detecta um aumento do afastamento do trabalho no primeiro trimestre de 2020, especialmente entre trabalhadores do setor público. No segundo trimestre, o afastamento da ocupação atinge 16,26% dos trabalhadores, afetando mais de 13,5 milhões. Além do setor público, foram os trabalhadores por conta própria e os empregados privados sem carteira os mais atingidos. No quarto trimestre de 2020, a proporção de trabalhadores afastados já havia amplamente retornado aos patamares habituais, resultado que foi mantido nos primeiros trimestres de 2021, confirmando que a segunda onda da Covid-19 não causou um novo aumento do afastamento do trabalho.

TABELA 6
PNAD Contínua: trabalhadores ocupados afastados do trabalho por tipo de vínculo (2019-2021)
(Em %)

	2019				2020				2021	
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.
Brasil	3,9	2,06	2,57	2,55	6,7	16,26	4,26	2,79	3,39	2,29
Privado com carteira	4,09	2,56	3,09	3,03	6,53	14,89	4,65	3,29	3,63	2,86
Privado sem carteira	2,27	1,33	1,32	1,67	5,19	17,2	3,1	1,69	1,78	1,55
Estatuário/militar	9,24	3,49	5,74	4,85	12,8	20,49	8,02	5,48	7,12	3,64
Público CLT	7,67	2,48	5,87	4,74	12,63	17,27	5,53	3,4	5,93	3,07
Público sem carteira	6,73	2,02	4,08	3,49	11,57	24,81	7,39	4,47	4,99	1,98
Empregador	2,62	1,04	1,26	1,66	5,87	12,28	2,06	1,65	2,66	1,57
Conta-própria	3,05	1,73	1,79	1,88	5,78	17,13	3,31	2	2,75	1,8

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Contudo, como mostra a tabela A.4 no apêndice, que reporta o motivo do afastamento, é ainda a pandemia a maior causa do afastamento do trabalho. Enquanto que no segundo trimestre de 2019 o maior motivo do afastamento eram as férias e licenças por motivo de saúde, essa posição, no mesmo trimestre de 2021, era ocupada por outros motivos, e, portanto, pela pandemia, de acordo com a PNAD Contínua.

4 Considerações finais

Os dados da PNAD Contínua revelaram que, no segundo trimestre de 2021, as horas efetivamente trabalhadas e a proporção de afastados do trabalho não foram afetadas pela segunda onda da pandemia. Contudo, não foi observada uma continuidade na recuperação dos rendimentos. Em que pese que a diferença entre a renda efetiva e habitual do trabalho já não se apresentarem significativas, o trimestre apresentou forte queda da renda habitual e um aumento da renda efetiva – o que é reflexo da comparação com o segundo trimestre de 2020, o pior momento da pandemia no mercado de trabalho. Contudo, tanto as rendas efetivas quanto a habitual ainda estão abaixo dos níveis anteriores à pandemia, havendo uma queda da renda em comparação com o segundo trimestre de 2019.

Os dados da PNAD Contínua apresentam, em linhas gerais, o mesmo quadro da PNAD Covid-19, ou seja, um forte impacto inicial da pandemia e uma lenta recuperação, que ainda se encontrava incompleta (especialmente se considerarmos também as informações sobre o nível de ocupação) ao final do ano, quando o país foi atingido pelo início da segunda onda de Covid-19. De fato, enquanto muitos grupos apresentaram uma queda dos rendimentos efetivos no quarto trimestre de 2020, as quedas foram amplamente generalizadas no primeiro trimestre de 2021. Os dados do segundo trimestre mostram que a renda efetiva melhorou um pouco, mas a recuperação permanece lenta.

Apêndice

TABELA A.1

PNAD Contínua: rendimento médio habitual real por faixa de renda
(Em R\$/maio de 2021)

Trimestre	Renda média individual por faixa de renda					
	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
2012.1	876,9	1372,5	1745,7	2762,5	5444,0	13873,8
2012.2	876,2	1384,3	1758,4	2765,7	5521,2	13569,9
2012.3	881,3	1370,4	1748,8	2757,3	5459,3	14016,4
2012.4	884,1	1357,8	1758,3	2776,4	5517,6	13973,6
2013.1	890,2	1388,8	1790,8	2796,3	5579,3	14154,6
2013.2	889,5	1397,2	1793,2	2772,5	5526,7	14459,5
2013.3	897,3	1389,8	1796,3	2766,9	5476,2	14034,3
2013.4	883,3	1384,8	1803,5	2788,7	5436,6	13622,7
2014.1	955,8	1416,1	1902,1	2844,0	5645,6	14125,8
2014.2	906,4	1400,3	1885,9	2812,4	5601,8	14234,2
2014.3	882,2	1399,0	1869,1	2813,9	5556,9	14282,9
2014.4	912,0	1399,2	1854,8	2834,0	5627,4	14035,9
2015.1	919,4	1404,2	1861,7	2828,1	5645,3	14381,0
2015.2	908,9	1358,0	1846,4	2844,8	5683,9	14988,5
2015.3	897,4	1460,3	1795,0	2843,7	5686,6	14676,3
2015.4	867,9	1433,5	1775,6	2808,2	5609,0	14489,5
2016.1	875,8	1429,3	1824,0	2866,8	5784,8	14549,8
2016.2	861,6	1417,6	1808,3	2853,1	5788,8	14146,2
2016.3	858,3	1418,1	1823,5	2825,9	5765,7	14121,9
2016.4	854,1	1419,9	1824,5	2853,1	5693,2	14210,9
2017.1	869,5	1450,2	1820,8	2854,2	5697,7	14307,7
2017.2	911,7	1401,5	1804,9	2843,6	5951,0	14822,0
2017.3	911,2	1391,3	1808,6	2833,9	5889,7	14868,4
2017.4	903,5	1388,3	1803,7	2833,2	5887,9	15109,6
2018.1	910,8	1420,7	1821,8	2859,4	5848,3	14752,1
2018.2	902,7	1417,9	1825,8	2863,1	5928,5	14845,9
2018.3	884,3	1389,8	1797,6	2848,8	5810,3	15316,9
2018.4	899,2	1386,1	1878,5	2959,8	5881,4	15275,2
2019.1	905,9	1416,5	1895,0	2964,8	5948,3	15460,3
2019.2	883,7	1386,1	1862,0	2886,4	5861,4	15494,0
2019.3	878,3	1383,8	1862,2	2905,4	5865,1	15301,1
2019.4	881,6	1378,8	1858,8	2882,7	5783,6	15520,0
2020.1	899,9	1490,0	1883,6	2941,1	5882,5	15390,4
2020.2	954,6	1482,8	1991,8	3070,6	6092,8	15631,9
2020.3	944,1	1471,2	1975,6	3036,9	6225,5	15710,9
2020.4	908,9	1505,5	1897,3	2958,0	5982,1	14714,6
2021.1	907,3	1482,1	1880,7	2977,0	5982,8	15519,5
2021.2	886,34	1449,98	1855,17	2918,31	5908,62	14667,32

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A.2

PNAD Contínua: rendimento médio habitual real domiciliar por faixa de renda
 (Em R\$/maio de 2021)

Trimestre	Renda média domiciliar por faixa de renda					
	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
2012.1	1041,84	2247,81	3482,77	6094,46	12009,47	29741,89
2012.2	1036,88	2248,06	3502,26	6102,04	12025,54	29502,90
2012.3	1036,29	2224,68	3473,78	6082,06	11962,08	30280,99
2012.4	1040,56	2215,61	3442,61	6058,36	12092,04	30280,47
2013.1	1039,08	2222,59	3471,91	6038,34	12019,09	30038,44
2013.2	1036,36	2215,38	3459,73	6021,95	11962,72	30875,64
2013.3	1043,75	2201,65	3444,26	5989,60	11923,81	29719,14
2013.4	1029,83	2177,50	3425,71	6006,44	11886,08	29001,17
2014.1	1102,30	2281,96	3551,07	6277,22	12362,82	30028,04
2014.2	1060,06	2252,70	3506,19	6196,81	12212,12	30271,56
2014.3	1041,81	2238,49	3487,62	6168,88	12157,97	29881,22
2014.4	1062,29	2217,40	3468,29	6167,02	12154,13	29320,40
2015.1	1057,27	2190,25	3439,17	6117,15	11949,49	29683,31
2015.2	1045,86	2183,39	3398,28	6094,73	12087,54	30509,14
2015.3	1040,17	2240,46	3482,31	6041,28	11978,52	29888,89
2015.4	1013,43	2200,71	3439,37	5991,83	11858,33	29685,29
2016.1	1017,34	2197,94	3456,51	6099,87	12060,06	30037,22
2016.2	1006,45	2171,63	3436,72	6074,57	12043,34	29326,16
2016.3	993,87	2167,80	3445,51	6027,09	11991,46	28402,09
2016.4	990,89	2166,48	3449,19	6060,12	11938,68	30502,86
2017.1	998,29	2164,51	3427,48	6019,14	11856,48	29961,03
2017.2	1053,54	2225,88	3411,77	6025,77	12256,06	32321,87
2017.3	1052,43	2231,07	3413,12	6003,14	12215,85	32107,60
2017.4	1049,50	2215,50	3418,46	6023,31	12158,96	32845,08
2018.1	1051,46	2236,33	3425,52	5995,49	12015,32	30860,56
2018.2	1050,11	2227,80	3431,83	6028,11	12020,11	31028,41
2018.3	1032,10	2200,55	3401,04	5989,37	11849,63	31479,44
2018.4	1052,36	2225,49	3491,12	6321,01	12440,63	31659,66
2019.1	1052,51	2246,24	3506,61	6312,16	12373,51	31625,74
2019.2	1035,11	2218,25	3461,70	6210,82	12255,04	31498,97
2019.3	1028,61	2209,93	3468,95	6248,07	12190,03	31270,75
2019.4	1031,81	2199,11	3449,84	6196,53	12190,19	31201,37
2020.1	1044,08	2272,70	3566,07	6252,44	12248,85	30662,46
2020.2	1072,01	2204,44	3457,70	6216,42	12146,53	30651,55
2020.3	1062,08	2184,12	3419,89	6157,47	12162,94	31112,01
2020.4	1038,27	2204,92	3462,48	6100,36	12048,77	28879,27
2021.1	1035,90	2190,40	3420,60	6071,70	11987,70	30889,13
2021.2	1015,83	2181,96	3422,15	6003,26	11921,48	28605,22

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A.3

PNAD Contínua: razão entre horas efetiva e habitualmente trabalhadas por grupo demográfico (2019-2021)

	2019				2020				2021	
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.
Centro-Oeste	0,94	0,96	0,97	0,96	0,92	0,84	0,93	0,96	0,96	0,97
Nordeste	0,95	0,96	0,97	0,97	0,91	0,75	0,92	0,95	0,95	0,96
Norte	0,96	0,97	0,97	0,97	0,93	0,78	0,93	0,95	0,94	0,97
Sudeste	0,93	0,95	0,96	0,95	0,89	0,76	0,91	0,94	0,94	0,95
Sul	0,94	0,97	0,97	0,96	0,90	0,83	0,92	0,95	0,95	0,97
Masculino	0,95	0,96	0,97	0,96	0,91	0,81	0,93	0,95	0,95	0,96
Feminino	0,93	0,95	0,96	0,96	0,88	0,73	0,90	0,93	0,93	0,95
14 a 24 anos	0,96	0,97	0,98	0,97	0,92	0,80	0,94	0,96	0,97	0,97
25 a 39 anos	0,94	0,96	0,97	0,96	0,90	0,80	0,92	0,95	0,95	0,96
40 a 59 anos	0,93	0,96	0,96	0,96	0,89	0,77	0,91	0,94	0,94	0,96
60 anos ou mais	0,93	0,95	0,96	0,95	0,89	0,68	0,88	0,92	0,92	0,94
Não Chefe Família	0,94	0,96	0,97	0,96	0,90	0,78	0,92	0,95	0,95	0,96
Chefe Família	0,93	0,96	0,96	0,96	0,90	0,77	0,91	0,94	0,94	0,95
Fundamental incompleto	0,95	0,96	0,97	0,96	0,91	0,79	0,92	0,95	0,95	0,96
Fundamental completo	0,95	0,96	0,97	0,97	0,91	0,77	0,91	0,94	0,94	0,96
Médio incompleto	0,95	0,96	0,97	0,97	0,92	0,78	0,92	0,96	0,95	0,96
Médio completo	0,95	0,96	0,97	0,96	0,91	0,77	0,92	0,95	0,95	0,95
Superior	0,92	0,96	0,96	0,95	0,87	0,77	0,92	0,94	0,94	0,97
Região metropolitana	0,94	0,96	0,97	0,96	0,90	0,75	0,91	0,95	0,94	0,96
Não região metropolitana	0,93	0,96	0,96	0,96	0,90	0,80	0,92	0,95	0,95	0,96

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A.4

PNAD Contínua: Motivo do afastamento do trabalho (2019-2021)

(Em %)

	2019				2020				2021	
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.
Férias, folga ou jornada de trabalho variável	63,38	31,87	45,36	50,27	43,06	7,91	7,93	15,66	25,58	13,65
Licença maternidade ou paternidade	5,57	11,57	10,24	8,95	3,3	1,85	3,73	5	4,85	6,79
Licença remunerada por motivo de saúde	15,98	31,05	25,6	23,49	10,25	5,04	10,62	16,46	16,73	24,55
Outro tipo de licença remunerada	1,25	1,73	1,78	1,76	3,86	8,94	9,95	7,74	5,26	4,72
Afastamento do próprio negócio	6,5	12,09	9,15	7,25	4,38	3,94	6,21	9,36	8,97	12,82
Fatores ocasionais	2,53	4,41	2,39	2,52	7,95	6,84	3,53	3,56	2,85	3,78
Outro motivo	4,79	7,28	5,48	5,76	27,21	65,49	58,02	42,22	35,77	33,7

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Anexo

O quadro 1 descreve as faixas de renda utilizadas para a construção do Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda, que foram definidas de acordo com a renda domiciliar mensal, expressas a preços de janeiro de 2009, período de referência da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008/2009. As duas primeiras faixas de renda captam domicílios de baixa renda. As três faixas seguintes captam domicílios de média-baixa, média e média-alta renda. A última faixa contém os domicílios de alta renda. Esses valores são atualizados por meio do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e com isso se obtém as faixas de renda domiciliar que são utilizadas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua. O quadro 1 apresenta também as faixas de renda a preços de fevereiro de 2020, período de referência do último trimestre disponível da PNAD Contínua.

O quadro 2 mostra a distribuição de domicílios entre as faixas de renda para os primeiros trimestres de 2018, 2019 e 2020, além do quarto trimestre de 2019. Destaca-se, na comparação com o último trimestre do ano anterior, um aumento dos domicílios que declararam não possuir renda do trabalho, com queda dos domicílios de renda muito baixa e o aumento dos domicílios de renda do trabalho baixa com a queda da proporção de domicílios de renda média-baixa.

QUADRO 1

Faixas de renda mensal domiciliar

Faixa de renda	Renda domiciliar (R\$ jan/2009)	Renda domiciliar (R\$ mai/2020)
1 - Renda muito baixa	menor que R\$ 900	menor que R\$ 1650,50
2 - Renda baixa	entre R\$ 900 e R\$ 1350	entre R\$ 1650,50 e R\$ 2471,09
3 - Renda média-baixa	entre R\$ 1350 e R\$ 2250	entre R\$ 2471,09 e R\$ 4127,41
4 - Renda média	entre R\$ 2250 e R\$ 4500	entre R\$ 4127,41 e R\$ 8254,83
5 - Renda média-alta	entre R\$ 4500 e R\$ 9000	entre R\$ 8254,83 e R\$ 16509,66
6 - Renda alta	maior que R\$ 9000	maior que R\$ 16509,66

Elaboração do autor.

QUADRO 2

Domicílios por faixas de renda (do trabalho)

(Em %)

Faixa de renda	1º Trim. 2018	1º Trim. 2019	4º Trim. 2019	1º Trim. 2020
0 - Sem renda do trabalho	19,07	22,71	22,16	23,48
1 - Renda muito baixa	28,41	29,82	29,19	28,51
2 - Renda baixa	12,40	11,58	11,61	13,05
3 - Renda média-baixa	18,66	17,08	17,25	15,76
4 - Renda média	14,02	12,22	12,82	12,34
5 - Renda média-alta	5,24	4,54	4,80	4,67
6 - Renda alta	2,01	2,05	2,16	2,19

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):

José Ronaldo de Castro Souza Júnior (Diretor)
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti (Diretor Adjunto)



Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:

José Ronaldo de Castro Souza Júnior (Editor)
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti (Editor)
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos
Fábio Servo
Francisco Eduardo de Luna e Almeida Santos
Leonardo Mello de Carvalho
Maria Andréia Parente Lameiras
Mônica Mora Y Araujo de Couto e Silva Pessoa
Paulo Mansur Levy
Sandro Sacchet de Carvalho

Pesquisadores Visitantes:

Ana Cecília Kreter
Andreza Aparecida Palma
Cristiano da Costa Silva
Sidney Martins Caetano
Tarciso Gouveia da Silva

Equipe de Assistentes:

Caio Rodrigues Gomes Leite
Carolina Ripoli
Felipe dos Santos Martins
Felipe Moraes Cornelio
Felipe Simplicio Ferreira
Guilherme Melo Mazala Carvalho
Izabel Nolau de Souza
Marcelo Lima de Moraes
Marcelo Vilas Boas de Castro
Pedro Mendes Garcia
Rafael Pastre
Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

Design/Diagramação:

Augusto Lopes dos Santos Borges
Leonardo Simão Lago Alvite

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.